



Ministério da Economia  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Governo Digital  
Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

## **DECISÃO RECURSAL, DE 14 DE JANEIRO DE 2020.**

### **1. Recurso ao Ministro nº 19974.100216/2019-11**

Processo originário JUCESP nº 995.454/17-6

Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Ronaldo Milan)

I. Denúncia. Leiloeiro Público Oficial. Ausência da conduta de realizar cobranças comercial, bem como cobrar do arrematante quaisquer valores relativos a reembolsos de despesas havidas com o leilão, sem expressa previsão no edital e a devida autorização do comitente ou autoridade judicial.

II. Pena de multa. O leiloeiro deve anunciar o leilão, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação especial, pelo menos 3 (três) vezes em jornal de grande circulação, devendo a última discriminar, pormenorizadamente, os bens que serão leiloados.

III. Recurso parcialmente provido

(...) DOU PROVIMENTO PARCIAL ao Recurso ao Ministro nº 19974.100216/2019-11, para que seja aplicada a pena de multa leiloeiro Ronaldo Milan, uma vez que este não promoveu a publicação pormenorizada do bens do leilão, nos termos do art. 38 do Decreto nº 21.981, de 1932.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).

### **2. Recurso ao Ministro nº 19974.100218/2019-01**

Processo originário JUCESP nº 995.460/17-6

Recorrente: Procuradoria da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Recorrido: Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo (Ronaldo Milan)

I. Denúncia. Leiloeiro Público Oficial. Suposto descumprimento das obrigações legais previstas no inciso XI do art. 34 da Instrução Normativa DREI nº 17, de 2013. Improcedência.

II. Recurso não provido.

(...)NEGO PROVIMENTO ao Recurso ao Ministro nº 19974.100218/2019-01, para que seja mantida a decisão do Plenário da Junta Comercial do Estado de São Paulo, uma vez

que não foi verificado descumprimento das obrigações legais impostas pelo Decreto nº 21.981, de 1.932, e pelo inciso XI do art. 34 da Instrução Normativa DREI nº 17, de 2013, que estava vigente à época dos fatos.

Para o inteiro teor [clique aqui](#).